

Ano 21 • Número 24 • 17 de junho de 2019

**Pesquisa Industrial Anual (PIA) traz detalhes dos estragos da crise**

**Passivo a descoberto da União continua em 2,4 trilhões**

**A Indústria do Rio Grande do Sul descolou da Indústria Brasileira?**

**Segundo trimestre começa em baixa e Banco Central deve rever política**

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

[www.fiergs.org.br/economia](http://www.fiergs.org.br/economia)

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## Pesquisa Industrial Anual (PIA) traz detalhes dos estragos da crise

Recentemente, o IBGE divulgou a Pesquisa Industrial Anual (PIA) Empresa de 2017. Não é novidade que a crise econômica afetou duramente a indústria brasileira. Porém, os novos dados trazidos pela PIA dão uma dimensão mais precisa do prejuízo.

Em 2017, o País contava com 318,3 mil indústrias ativas com 1 ou mais trabalhadores, ao passo que em 2013 – pico da série – eram 335,0 mil, uma redução de 16,7 mil indústrias no período ou -5,0%. Como reflexo, foram perdidos 1,334 milhão de empregos nesses quatro anos, com o estoque de vagas passando de 9,029 milhões de pessoas em 2013 para 7,695 milhões em 2017, uma redução de 14,8%. Cabe destacar também que o número de ocupados atingiu o menor patamar desde 2007, quando foi de 7,457 milhões.

No Rio Grande do Sul, entre 2014 e 2017, houve perda de 2,1 mil unidades locais (-9,6%) e 117,3 mil pessoas ocupadas (-15,5%). Cabe mencionar que, para as Unidades da Federação, os dados referem-se às unidades locais de empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas. Quanto ao faturamento das indústrias gaúchas, o total de receitas líquidas de vendas avançou 5,2% no período, chegando a R\$ 220,4 bilhões em 2017. Por outro lado, o total de custos e despesas cresceu 10,6%, atingindo R\$ 205,6 bilhões. Essa discrepância na evolução, em termos nominais, de faturamento e custos/despesas mostra o quanto as margens para investimentos das empresas foram

comprometida nos últimos anos.

Entre as diversas variáveis pesquisadas, uma atenção especial deve ser dada ao Valor da Transformação Industrial (VTI), utilizada como *proxy* (aproximação) para o PIB do setor. Essa variável corresponde à diferença entre o Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI) e o Custo com as Operações Industriais (COI), ou seja, traz uma ideia do valor agregado em cada uma das etapas de produtivas, remetendo, portanto, à própria noção de PIB.

Em 2017, o VTI da indústria gaúcha somou R\$ 80,5 bilhões, fruto de um valor de produção (VBPI) de R\$ 204,5 bilhões e custo (COI) de R\$ 124,0 bilhões. Na comparação com os demais estados, a Indústria do Rio Grande do Sul manteve-se na quinta colocação em termos de VTI, com uma parcela de 6,8% do total do setor no Brasil, atrás de São Paulo (34,2%), Minas Gerais (11,0%), Rio de Janeiro (10,5%) e Paraná (7,3%). Apesar da manutenção da quinta colocação no *ranking* – a quarta posição foi perdida para o Paraná em 2016 –, cabe mencionar que houve perda de participação na passagem anual, dado que em 2016 a Indústria gaúcha respondia por 7,2% do VTI nacional.

Os dados da PIA trazem mais detalhes sobre os efeitos da crise na Indústria brasileira e, em especial, na Indústria gaúcha, que segue perdendo participação no País.

## Passivo a descoberto da União continua em 2,4 trilhões

Na semana passada, o governo federal divulgou o Relatório Contábil do Tesouro Nacional de 2018. Os novos dados evidenciam a calamitosa situação das contas públicas. No ano passado, o passivo da União (saldo das obrigações devidas) superou o ativo (bens e direitos) em R\$ 2,416 trilhões, um resultado 0,4% melhor que os R\$ 2,426 trilhões de 2017, mas 70% pior em relação ao R\$ 1,425 trilhão de 2015. Em termos contábeis, esse desfecho indica que o patrimônio líquido da União está negativo, com um enorme passivo a descoberto.

Os ativos do governo federal, que somaram R\$ 5,268 trilhões em 2018, incluem o dinheiro em caixa da União, créditos a receber, investimentos – como participação em estatais – e imóveis. Já os passivos, de R\$ 7,684 trilhões, contemplam as obrigações, empréstimos e provisões a curto e longo prazo, tendo como principal componente a dívida pública federal – interna e externa – no montante de R\$ 5,7 trilhões. As provisões previdenciárias, que incluem o regime dos servidores públicos civis (RPPS) e as pensões militares, também têm expressivo peso: o passivo atuarial do governo nessa área é de R\$ 1,346 trilhões.

Um dos pontos que chama a atenção é a pequena parcela de créditos tributários considerados

recuperáveis pela União. Do estoque de R\$ 4,045 trilhões em 2018, menos de 15% encontram-se nessa categoria (R\$ 601 bilhões). Isso ocorre porque as empresas possuem amplo direito a defesa administrativa e judicial e têm acesso a programas de parcelamento. Além disso, entre os principais devedores estão empresas que não existem mais.

A situação da seguridade social da União, que compreende as ações relativas à saúde, previdência e assistência social, também foi destacada pelo relatório. A arrecadação nessa esfera foi de R\$ 713,1 bilhões em 2018, sendo que as despesas somaram R\$ 993,7 bilhões, resultando em um déficit de R\$ 280,6 bilhões.

Em síntese, o relatório é mais uma evidência da grave crise das finanças públicas federais e dos sucessivos erros de gestão. O passivo a descoberto terá que ser pago pelas próximas gerações. Um patrimônio líquido negativo de tamanha magnitude é preocupante em um país com déficit fiscal ainda alto, com investimento público nas mínimas históricas e uma carga tributária elevada. Não há outro caminho para melhorar essa situação que não seja pelas reformas estruturais que enfrentem o desequilíbrio fiscal. E a mais importante delas é a Reforma da Previdência, que encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados.

## A Indústria do Rio Grande do Sul descolou da Indústria Brasileira?

O crescimento de 6,2% da produção física da indústria gaúcha no acumulado dos quatro primeiros meses do ano contrasta com o desempenho negativo da indústria brasileira para o mesmo período, -2,7%. Em abril, a produção gaúcha avançou 2,3%, enquanto o agregado do País ficou praticamente estagnado.

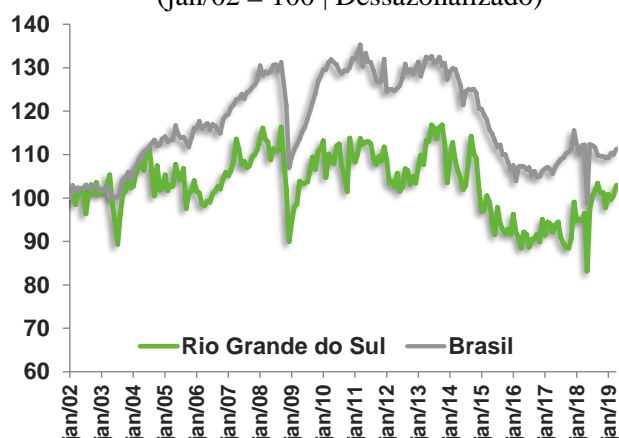
A maior parte desse resultado é explicado por três segmentos da indústria metalmeccânica: Veículos automotores, reboques e carrocerias, com crescimento de 27,4% no acumulado do ano; Produtos de metal, alta de 14,5%; e, Máquinas e equipamentos, que avançou 8,9%. Entre os ramos como maior peso para a produção industrial do RS, fabricação de Alimentos, com queda de 3,8% no acumulado do ano, é o que apresenta o resultado mais insatisfatório até o momento.

O que explica essa diferença? A economia brasileira sofre com eventos que afetaram a indústria extrativa no início do ano. Soma-se a isso, um setor de veículos automotores que possui menos peso da produção de reboques, carrocerias e ônibus em comparação com o RS. No caso dos produtos de metal, o RS também se destaca a produção de silos para armazenagem, bem como a fabricação de estruturas metálicas para a geração de energia eólica e fotovoltaica. No caso de Máquinas e equipamentos, o desempenho mais fraco das máquinas e implementos agrícolas foi compensado pela produção de máquinas ferramentas, aparelhos elevadores e terminais de

autoatendimento. Por fim, destaca-se que esse aumento de produção parece ser voltado para atender a demanda do mercado interno, uma vez que o desempenho das exportações indica queda no ano para a demanda externa.

O desempenho recente melhor da indústria gaúcha parece ser em decorrência do somatório de eventos específicos em cada setor, e não uma mudança estrutural. Analisando de uma perspectiva de longo prazo, conforme mostra o gráfico abaixo, o setor está produzindo apenas 3% a mais do que no início da série histórica em janeiro de 2002.

**Produção Física da Indústria**  
(jan/02 = 100 | Dessazonalizado)



Fonte: IBGE.

## Segundo trimestre começa em baixa e Banco Central deve rever política

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) mostra que a economia brasileira iniciou o segundo trimestre de retração. Na passagem de maio para abril, o IBC-Br retraiu 0,5% na série livre de influências sazonais. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, a queda foi de 0,6%. Dessa forma, o acumulado em 12 meses passou de 1,1% quando apurado até março, para 0,7% em abril.

A frustração com o crescimento tem sido grande, as previsões de avanço no PIB para 2019 sofreram uma fortíssima revisão pelos respondentes do Relatório FOCUS, que passou de 2,8%, no final de janeiro, para 0,9% na leitura da última sexta-feira.

Há diversas hipóteses para a perda de força da atividade no primeiro semestre desse ano. No relatório trimestral de inflação do Banco Central, foi destacado os efeitos defasados que os choques de 2018 provocaram na economia. Além disso, precisamos sublinhar a falta de mecanismos tradicionalmente utilizados para impulsionar a atividade brasileira, entre eles a elevação dos gastos públicos e a expansão das linhas de crédito direcionado.

O esgotamento dessas alternativas tradicionais de estímulo é notório, principalmente quando analisamos a evolução da relação dívida/PIB, a qual se encontra em

níveis muito acima dos países emergentes. Diante dessa restrição, a aposta do governo está na continuidade da agenda para melhorar o ambiente de negócios, a diminuição do tamanho do estado e a retomada da confiança dos investidores estrangeiros após a aprovação da reforma da Previdência. Isso poderá abrir espaço para a retomada dos investimentos e expansão da produtividade e competitividade, gerando um efeito *crowding-in*.

Essa conjuntura também tem esquentado a discussão sobre os rumos da política monetária. Particularmente, nós da UEE, em Informe Econômico de janeiro, indicamos que seria apropriado retomar a queda na taxa de juros em função da dinâmica benigna da inflação e da atividade em desaceleração. Nas últimas semanas, com a sinalização de que o FED poderá reduzir os juros na reunião dessa semana, escancara-se uma porta para que o Copom volte a reduzir a taxa Selic.

Entretanto, há muita incerteza quanto aos próximos passos do Banco Central brasileiro. Observando a comunicação dos membros do COPOM nas últimas semanas, não houve sinalização de que haverá uma mudança de política na reunião desta quarta-feira. Contudo, o Comitê pode preparar o terreno para baixar os juros na reunião que ocorrerá no final de julho.